
PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Priscila de Andrade Barroso Peixoto **

Eliana Crispim França Luquetti ***

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo de alguns processos percorridos nas pesquisas em Educação sobre formação docente, com base nas pesquisas de autoras como ANDRÉ (2010), GATTI (2014), analisando de forma específica as contribuições nos avanços dos estudos científicos sobre formação de professores e a possibilidade de organização do tema enquanto campo de estudos. Buscamos apresentar de que forma as ações do Governo vem tratando a temática em sua legislação, planos e metas, levando em conta a necessidade de se pensar na formação oferecida a esses profissionais. A partir de um breve levantamento das pesquisas em Educação, foi possível notar o interesse de pesquisadores pelo tema da formação docente, crescimento da temática nas pesquisas científicas e uma transformação no enfoque das abordagens.

Palavras-chave: Formação de professores. Campo de estudos. Pesquisas em educação.

Introdução

As preocupações de vários segmentos da sociedade com os problemas presentes na educação básica têm se mostrado com frequência na mídia, bem como movimentos de organizações civis, científicas e profissionais, no sentido de interferir na situação do ensino como um todo, visando à melhoria da qualidade da educação brasileira, tida como insatisfatória em diversos aspectos. Vemos em Gatti e Barreto (2009, p. 8), que as sucessivas avaliações da educação brasileira, em âmbito nacional ou internacional, indicam que o baixo rendimento escolar persiste e demonstram a magnitude e a complexidade do problema.

Sob esta perspectiva, este trabalho constitui uma proposta de estudo sobre os processos percorridos nas pesquisas em Educação a serem analisadas especificamente no que diz respeito às suas contribuições nos avanços dos estudos sobre formação de professores e a possibilidade de organização do tema enquanto campo de estudos.

Segundo André (2010), torna-se cada vez mais premente uma discussão sobre como a formação de professores vem se configurando como campo de estudos devido ao crescente interesse dos pesquisadores pelas questões relacionadas à formação e ao trabalho docente,

** Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), cilabarroso@yahoo.com.br.

*** Doutora em Linguística (UFRJ) - Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), elinafff@gmail.com.



interesse esse que se expressa no aumento da produção científica sobre o tema, na visibilidade adquirida pela temática na mídia, pelo recente surgimento de eventos e publicações especificamente dedicadas às questões de formação docente.

Assim, num primeiro momento, pretende-se com esta pesquisa apresentar um levantamento histórico da legislação que regulamenta a formação de professores no Brasil, bem como as políticas públicas, programas e metas criadas pelo Governo que tenham seu foco na formação e exigências vinculadas ao trabalho docente. Posteriormente abordaremos as contribuições da pesquisa científica em Educação para a discussão do processo de constituição do campo de estudos específico de formação de professores.

Sobre a relevância das pesquisas, segundo André (2010) as informações fornecidas pelos mapeamentos da produção científica e, em especial, as investigações sobre a formação de professores têm crescido e contribuído com a pesquisa educacional brasileira, tornando-se fundamentais no que diz respeito ao acompanhamento do processo de constituição da formação de professores como campo de estudos. Através das pesquisas é possível mapear temas recorrentes e de que forma estes se organizam ao longo do tempo e do desenvolvimento das pesquisas.

De acordo com um levantamento realizado pela autora, o número de estudos e pesquisas sobre formação de professores aumentou muito nos últimos dez anos. Em sua pesquisa publicada no ano de 2010, André cita que num período anterior, no ano de 1990, era de 6% o número total de trabalhos da área de educação que tratavam o tema; nos anos 2000, o percentual passa a 14%.

A partir de um breve levantamento das pesquisas em Educação foi possível observar que a temática vem se tornando cada vez mais presente. Ao mesmo tempo, percebemos também uma transformação no enfoque das pesquisas, onde o docente, enquanto profissional, vem ganhando espaço ao ser convidado a expor sua formação e sua práxis no contexto científico. As pressões sociais, delineadas pelas mudanças na legislação e nas exigências à formação desse profissional, também nos servem de embasamento para a relevância do tema para a sociedade.

1. Pressupostos teóricos

O tema “formação de professores” vem ocupando grande espaço nos meios de comunicação, onde em diversas situações os professores são descritos por não estarem bem formados ou capacitados para atuarem nas suas profissões. Vemos em Fazenda que essa



preocupação é justificada pela grande importância social desse profissional. Conforme ressalta a autora:

Na sociedade contemporânea, cada vez se torna mais necessário o trabalho do professor como mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, o que concorre à superação do fracasso e das desigualdades escolares. (FAZENDA, 1998, p.161)

Mediante a importância dessa profissão para todos os que dela dependem, ressalta-se que as preocupações com os professores não devem permear apenas no que diz respeito à sua formação inicial, mas o cuidado deve se estender por toda a vida profissional.

Nesse contexto é importante lembrar que a valorização das formações inicial e continuada, além do conhecimento específico do curso de opção e da formação geral ligada aos valores de cidadania, deverá também observar aspectos ligados à construção de identidades docente e discente e considerar a “produção de pesquisas em didática a serviço da reflexão dos alunos e da constituição de suas identidades” (FAZENDA, 1998, p.163).

Nóvoa (2011, p.23) destaca a necessidade do investimento na construção do trabalho coletivo como suporte de práticas de formação baseadas na partilha e no diálogo profissional dando visibilidade ao profissional professor, se aproximando dos desejos desses praticantes e da realidade escolar, dos problemas sentidos por eles, despertando no professor um sentimento de pertencimento e de identidade profissional.

Imbernón (2009, p.36-37) defende uma reestruturação docente a qual dependeria de uma reestruturação moral, intelectual e profissional do professorado, com objetivo de ressituar o professor para ser protagonista ativo de sua formação em seu contexto trabalhista, no qual deve combinar as decisões entre o prescrito e o real, aumentando o seu autoconceito, sua consideração e seu *status* trabalhista e social.

De acordo com Gatti e Barreto (2009), é possível observar o esforço de muitos países nos últimos decênios no sentido de organizar e estruturar carreiras do magistério com o objetivo de torná-las mais próximas do que fora estabelecido pela Recomendação OIT-UNESCO em 1966, porém, apesar dos avanços a grande maioria dos países ainda não atingiu os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública para com os milhões de estudantes.

Neste contexto, o Brasil não constitui uma exceção. Notamos que apesar das várias tentativas de valorização dos professores empreendidas nos últimos anos pelo Governo Federal e pelos estados, municípios e Distrito Federal, a situação atual é bastante crítica,



certamente devido a omissões que se acumularam e foram progressivamente se agravando ao longo da história.

Criada com o objetivo de definir e regularizar a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta lei foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

É importante mencionar que a legislação que determinou e regulamentou as Diretrizes Educacionais para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional surgiu do Projeto de Lei n. 1258/1988 do então deputado federal Octávio Eliseo. Este trabalho contou com o auxílio de profissionais da educação, professores Favero e Tavares.

Propondo uma reflexão da trajetória da legislação brasileira no que diz respeito aos profissionais da educação vemos que na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada no ano de 1961, vemos uma descrição sucinta no que diz respeito à formação de professores e suas especificidades. Neste período o contexto educacional do país passava por incertezas e transformações para a criação de cursos específicos de formação, não havendo ainda uma organização estabelecida.

Vale lembrar que a tramitação da LDB na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou treze anos, se contada a partir da mensagem presidencial nº 605 de 29 de outubro de 1948, que apresentou ao Poder Legislativo o seu anteprojeto, elaborado por uma comissão de educadores presidida por Manoel Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação e Saúde, tendo como relator geral o professor Antônio de Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo (USP).

Na lei seguinte, promulgada no ano de 1971, temos a seguinte redação:

Art. 29. A formação de professôres e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

§ 1º Os professôres a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais



correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando fôr o caso, formação pedagógica.

§ 2º Os professôres a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores. (BRASIL, 1971)

Nesta lei vemos um maior nível de organização e a descrição de uma nova perspectiva de consideração às diferenças culturais de cada região do País. Ela teve sua redação modificada em alguns trechos dada pela Lei nº 7.044, de 1982. A principal modificação se refere à exigência de estudos adicionais cujos mínimos de conteúdo e duração serão fixados pelos competentes Conselhos de Educação para atuação na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau:

§ 1º - Os professores a que se refere alínea "a" poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau, mediante estudos adicionais cujos mínimos de conteúdo e duração serão fixados pelos competentes Conselhos de Educação. (Redação dada pela Lei nº 7.044, de 1982)

Na legislação vigente, promulgada em 1996, observamos a seguinte descrição dos profissionais da educação:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Neste pequeno trecho da lei, onde são descritos os profissionais da educação, vemos que o texto original vem sofrendo diversas alterações desde que o seu texto foi publicado no ano de 1996. Dentre as principais em relação aos profissionais da educação, vemos a alteração realizada no artigo 62 no ano de 2013:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como



formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Neste fragmento vemos uma definição bem estabelecida da exigência de determinados níveis de formação para o exercício do magistério, instituindo a obrigatoriedade de formação em nível superior para atuar na educação básica e admite a formação a oferecida em nível médio na modalidade normal para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental.

Sobre os progressos observados nos percursos seguidos pelas legislações, sabemos que foi a partir dessa LBD foi possível de se desenvolver algumas políticas públicas como: o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), os Programas de Avaliação dos Sistemas de Ensino (Educação Básica e Ensino Superior) dentre outras.

Podemos destacar ainda o decreto sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica liderada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência.

Neste percurso, o plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Os planos estaduais, distrital e municipais devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE. Este plano nos serve de embasamento, revelando a recente organização de medidas que buscam a valorização do magistério, principalmente no que diz respeito à formação dos profissionais da educação.

Sobre as metas e estratégias estabelecidas pelo PNE para o decênio 2014 – 2024 destacaremos, neste momento, apenas aquelas que se referem especificamente aos profissionais da educação:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e



garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Vemos nas metas descritas acima a proposta de uma reforma na formação profissional, onde se tem por objetivo o nível de formação superior para todos os professores da educação básica, os quais deverão possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, fazendo com que a formação em nível médio não sirva mais como requisito. Observamos ainda a meta que estabelece o aperfeiçoamento profissional em nível de pós-graduação, a valorização profissional através da equiparação salarial ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente e do plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional.

Ainda sobre as ações do governo sobre a formação de professores Gatti afirma que:

no nível federal, o Ministério de Educação (MEC) assume postura incisiva de responsabilização do poder público pelo desempenho e pela carreira dos professores da educação básica, formulando uma política nacional de educação docente cujo horizonte é a instituição de um sistema nacional de educação. Considerada como processo contínuo que se inicia na formação inicial e prossegue ao longo da vida profissional. (GATTI et al., 2011, p. 252)

O trecho citado nos mostra a responsabilidade do poder público pela formação de professores da educação básica. Nesse contexto, vemos que ao mesmo tempo em que se presencia um conjunto de críticas severas ao desempenho da educação básica, concretizam-se também respostas relevantes da parte do governo como a implantação do Programa REUNI, programa de expansão das universidades públicas brasileiras, com uma amplitude e extensão jamais vistas pela história do país. Associado a ele, vem sendo criadas políticas de incentivo à oferta de cursos de formação de professores tanto em nível de graduação quanto no âmbito da formação continuada e integrada a essas políticas como o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID) e o Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR).



Com bases nessas iniciativas podemos afirmar que o recente contexto político vivido pela educação brasileira tem revelado investimentos da parte do governo federal no campo da formação e do trabalho docente, através destas políticas públicas voltadas à educação.

Sobre a constituição do campo de formação de professores, Garcia (1999, p.24-26) aponta cinco indicadores que poderiam atestar a constituição do campo de formação de professores, os quais são:

- objeto próprio;
- metodologia específica;
- uma comunidade de cientistas que define um código de comunicação próprio;
- integração dos protagonistas na pesquisa; e a
- consideração da formação de professores como um elemento fundamental na qualidade da ação educativa, por parte dos administradores, políticos e pesquisadores.

Buscando examinar cada um desses critérios é primordial pensarmos no cenário da educação brasileira. Sobre esse aspecto, vemos em André (2010) que ter um objeto próprio, é sem dúvida um importante critério para delimitar uma área de estudo. Segundo a autora podemos identificar tanto nos escritos de vários estudiosos da temática, quanto em encontros científicos, em especial nas reuniões anuais realizadas pelo Grupo de Trabalho Formação de Professores da ANPEd que os esforços têm sido reiterados visando tornar cada vez mais claro o que constitui de fato o objeto da formação docente.

Nas pesquisas sobre o objeto da formação docente é possível encontramos diferentes formas de olhar para a questão, o que enriquece o debate. Por exemplo, para alguns pesquisadores o foco da formação docente deve estar nos processos de aprendizagem da docência (Mizukami et al., 2002, apud André, 2010). Segundo Imbernón (2002) a formação docente consiste em um processo contínuo de desenvolvimento profissional, que tem início na experiência escolar e prossegue ao longo da vida, incluindo questões relativas a salário, carreira, clima de trabalho, estruturas, níveis de participação e de decisão.

Para Marcelo Garcia (1999, apud André, 2010) o que constitui o objeto da formação são os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem. Vemos em André (2010) que essa definição, bastante abrangente tem sido aceita por estudiosos da área, que reconhecem o foco de atenção nos processos de preparação, profissionalização e socialização dos professores.



Um levantamento realizado por André (2010) nos mostra que em estudos recentes o conceito de desenvolvimento profissional docente tem sido utilizado em substituição ao de formação inicial e continuada (NÓVOA, 2008; IMBERNÓN, 2009; GARCIA, 2009). A preferência pelo seu uso é justificada por Marcelo Garcia (2009, p. 9, apud André, 2010) porque marca mais claramente a concepção de profissional do ensino e porque o termo “desenvolvimento” sugere evolução e continuidade, rompendo com a tradicional justaposição entre formação inicial e continuada.

O segundo indicador da configuração de uma área de estudos é a utilização de metodologia própria, este indicador busca demonstrar se na investigação das problemáticas de formação docente há algum/alguns tipos de pesquisa que têm sido mais frequentes, como por exemplo, a história de vida e a pesquisa-ação. Neste contexto, vemos que de acordo com André (2010) as várias modalidades de pesquisa colaborativa também vêm sendo progressivamente apontadas como estratégias adequadas de formação do professor pesquisador e de produção compartilhada de conhecimentos.

O terceiro elemento, citado por Garcia (1999), que indica a constituição de um campo de estudos autônomo é a criação de uma comunidade de cientistas que se empenha na elaboração de um código de comunicação próprio por meio das pesquisas e das sociedades que fomentam conhecimento e formação. Sobre esse aspecto, André (2010) cita alguns indicadores na comunidade científica brasileira de que a formação docente vem agregando grupos de pesquisadores em eventos, publicações e fóruns de debates.

A autora utiliza como um dos exemplos a criação do Grupo de Trabalho (GT) Formação de Professores, que integra a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, uma das agremiações científicas mais respeitadas da área, bem como a realização, em 2006, do I Encontro de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Professores do país, que permitiu mapear a produção acadêmica e localizar as questões que merecem maior atenção na área e o lançamento do primeiro número da Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, em 2009, uma iniciativa importante para a conquista da autonomia da área.

Outro elemento que segundo Marcelo Garcia sinaliza a definição de um campo de estudos próprios é a incorporação ativa dos próprios protagonistas, os professores, nos programas de pesquisa, assumindo papel importante tanto no seu desenho quanto na sua efetivação, ou seja, no planejamento, coleta, análise dos dados e na divulgação dos resultados.

O quinto indicador de constituição da área é a insistente atenção dos políticos, administradores e investigadores à formação dos professores como peça chave da qualidade do sistema educativo. De acordo com André (2010) esse talvez seja o aspecto mais visível de



configuração da área no Brasil, pois segundo a autora temos ouvido frequentes depoimentos de políticos e visto inúmeras matérias em jornais e revistas que enfatizam o papel crucial da formação docente na melhoria da educação brasileira.

André (2009, 2010 apud Gatti 2014, p. 28), nos mostra que o número de pesquisas abordando o tema formação de professores cresceu muito nos últimos anos. Neste contexto importante notar que além do aumento na quantidade, pode-se observar uma mudança no enfoque das pesquisas, onde o docente tem ganhado espaço para discutir sua prática enquanto profissional. Assim a temática formação de professores que por vezes se apresentava como viés de crítica aos problemas escolares ou aos resultados dos alunos tem cada vez mais demonstrado a questão da profissionalização docente.

Segundo André (2010) os cinco indicadores sugeridos por Marcelo Garcia (1999) são bastante úteis para identificação dos passos que vêm sendo dados pela área de formação de professores no Brasil, na conquista de sua autonomia. A autora cita ainda que há, no entanto, vários aspectos dessa trajetória que precisam ser melhor conhecidos, como por exemplo, os objetos e metodologias que vêm sendo priorizados nos estudos e pesquisas da área, para avaliar sua contribuição à constituição do campo.

2. Metodologia

Como mecanismo de verificação do delineamento da formação docente enquanto um campo de estudos autônomo tem-se em vista um levantamento da produção científica sobre formação de professores com base em artigos publicados no Brasil no período de 2014 a 2016.

O corpus será constituído de pesquisas disponíveis na base de dados Scopus, do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que serão consideradas para análise as seguintes partes dessas pesquisas: palavras-chave, resumo, introdução e resultados.

Como indicador de busca serão utilizadas as palavras-chave as quais devem constar em seguintes partes dos artigos: palavras-chave, título e resumo, entendendo que sejam os locais mais habilitados no que diz respeito à identificação e definição do seu estudo. Consideraremos as seguintes palavras-chave, com base em André (2010): “formação de professores”, “formação docente”, “formação inicial”, “formação continuada”, “prática docente”, “professor”, “formação de alfabetizadores”, “condição de trabalho docente”, “representação” (do professor), “trabalho docente”, “identidade docente”, e “formação pedagógica”.

No que diz respeito à análise da formação de professores como campo de estudos, utilizaremos a proposta de cinco indicadores apontados por Marcelo Garcia (1999, p. 24-26), a



fim de detectar teorias e métodos dominantes na área: existência de objeto próprio, utilização de metodologia específica, uma comunidade de cientistas que define um código de comunicação próprio, integração dos participantes no desenvolvimento da pesquisa e reconhecimento da formação de professores como um elemento fundamental na qualidade da ação educativa, por parte dos administradores, políticos e pesquisadores.

Com base no primeiro e quarto indicadores apontados por Garcia, os quais dizem respeito ao objeto de formação docente e a participação dos professores, as pesquisas a serem analisadas serão selecionadas a partir da concepção de formação de professores que trouxeram em seu resumo, sendo escolhidas as que tenham em comum a temática profissionalização docente ou a participação dos professores nas pesquisas, para posterior análise da introdução e resultados em concordância com os indicadores adotados.

Assim, serão analisadas apenas as pesquisas que apresentam a concepção do professor enquanto profissional, excluindo aquelas que visam abordar temáticas ligadas à organização dos cursos de formação, grades curriculares ou didática, por exemplo.

Pretende-se ainda um levantamento de dados, através de uma pesquisa documental bibliográfica, sobre a trajetória da formação docente no contexto brasileiro, bem como o desenvolvimento da legislação e das políticas públicas para a formação de professores.

A delimitação do período a ser analisado foi estabelecida pela reflexão de modificações consideráveis que ocorreram na legislação brasileira no ano de 2013 através da Lei nº 12.796/13 que altera partes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 no que diz respeito sobre a formação dos profissionais da educação.

No Plano Nacional de Educação – PNE, regulamentado pela Lei nº 13.005/14, vigente entre os anos de 2014 e 2024 esta nova perspectiva da formação do profissional docente fica ainda mais clara. Com base nestas mudanças, acredita-se que as pesquisas realizadas após o ano de 2014 já trazem um novo panorama sobre o profissional da educação, sua formação e as metas a serem alcançadas.

Para atingir os objetivos propõe-se as seguintes etapas a serem desenvolvidas:

- a) Levantamento da produção científica sobre formação de professores com base em artigos publicados no Brasil, no período de 2014 a 2016, com base nos resumos disponíveis na base de dados Scopus da CAPES;
- b) Análise dos dados coletados dos resumos das pesquisas publicadas no Brasil, no período de 2014 a 2016, com base nos indicadores apontados por Marcelo Garcia (1999);
- c) Realização de um estudo documental bibliográfico que demonstre um panorama da formação de professores no cenário brasileiro;



d) Análise da legislação que regulamenta a formação de professores no Brasil, as políticas públicas, programas e metas criadas que tenham seu foco na formação e exigências vinculadas ao trabalho docente.

3. Análise de dados

A pesquisa, que ainda se encontra em fase inicial tem-se mostrado precursora no que diz respeito às discussões sobre a constituição da Formação de Professores como um campo de estudos autônomo. Segundo André (2010), torna-se cada vez mais premente uma discussão sobre como a formação de professores vem se configurando como campo de estudos devido ao crescente interesse dos pesquisadores pelas questões relacionadas à formação e ao trabalho docente, interesse esse que se expressa no aumento da produção científica sobre o tema, na visibilidade adquirida pela temática na mídia, pelo recente surgimento de eventos e publicações especificamente dedicadas às questões de formação docente.

No primeiro levantamento realizado, foram coletados na base de dados Scopus (CAPES) a partir das palavras-chave elencadas um total de 219 artigos publicados entre os anos de 2014 a 2016. Os termos foram pesquisados individualmente. Sendo consideradas apenas as pesquisas publicadas no Brasil, tendo como área Educação, subárea Ciências Sociais. Destes artigos, observamos que devido a semelhança dos termos alguns se repetiam, restando um total de 172 artigos, os quais chamamos de “autênticos”, por não serem repetidos. De acordo com os termos estabelecidos na metodologia, a configuração da primeira etapa de coleta configurou-se da seguinte maneira, conforme ilustra o gráfico a seguir:



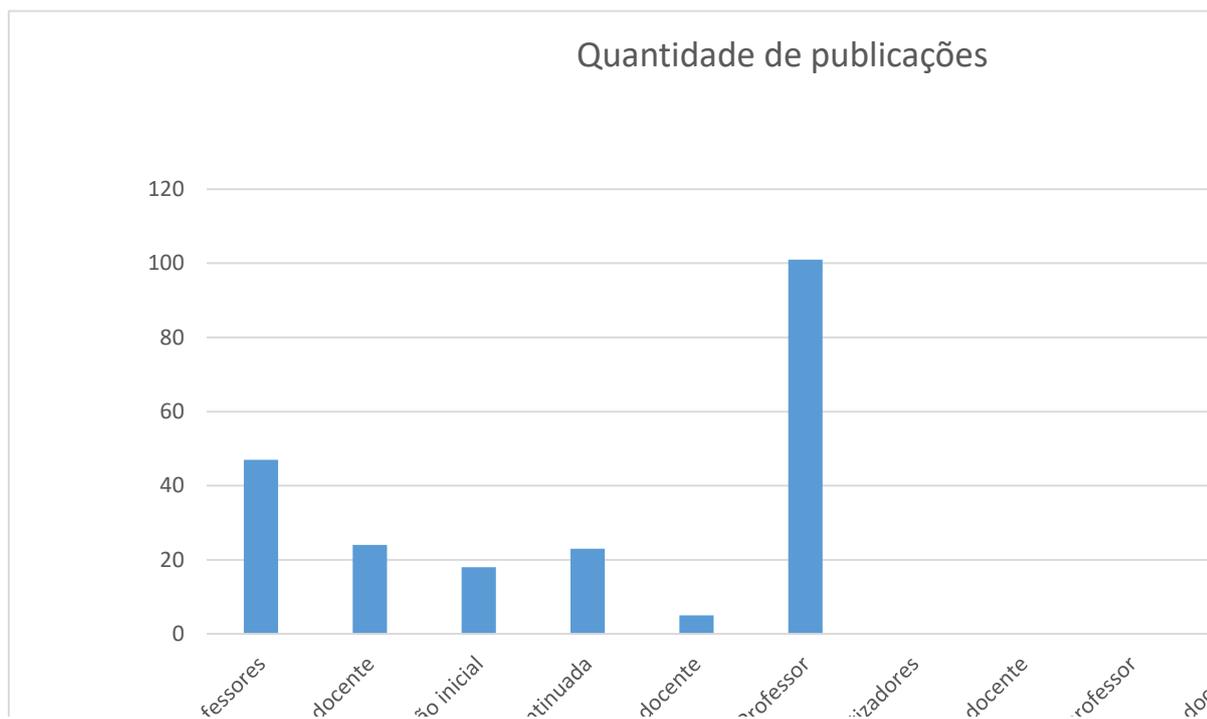


Gráfico 1 – Quantidade de publicações
Fonte: Dados da pesquisa

No gráfico vemos que o termo encontrado em mais trabalhos foi “professor”, com 101 (cento e uma) ocorrências, seguindo temos “formação de professores”, com 47 (quarenta e sete) trabalhos, “formação docente”, aparecendo em 24 (vinte e quatro) publicações, “formação continuada”, em 23 (vinte e três), “formação inicial”, aparecendo em 18 (dezoito) trabalhos, “prática docente” em 5 (cinco) e “identidade docente” em 1 (hum). Não foram encontrados trabalhos com as palavras-chave “formação de alfabetizadores”, “condição de trabalho docente”, “representação” (do professor), “trabalho docente”, “formação pedagógica”.

Na fase que encontra-se em andamento, será realizada a leitura dos resumos, para posterior análise seguindo os indicadores apontados por Marcelo Garcia (1999).

Considerações finais

A partir de um breve levantamento das pesquisas em Educação foi possível observar que a temática vem se tornando cada vez mais presente. Ao mesmo tempo, percebemos também uma transformação no enfoque das pesquisas, onde o docente, enquanto profissional, vem ganhando espaço ao ser convidado a expor sua formação e sua práxis no contexto científico. As pressões sociais, delineadas pelas mudanças na legislação e nas



exigências à formação desse profissional, também nos servem de embasamento para a relevância do tema para a sociedade.

Neste contexto a formação de professores, sobretudo os da educação básica, apresenta-se como um tema não somente atual, mas imprescindível às discussões e pesquisas em Educação.

RESEARCHES IN EDUCATION ON TEACHER TRAINING

Abstract

The present work aims to accomplish a study in few processes that have been developed in Educational research on teacher education, based on researches by ANDRÉ (2010), GATTI (2014), analyzing in a specific way contributions in the advances of scientific studies on teacher training and the possibility of organizing the theme as a field of studies. We seek to present how the actions of the Government are addressing the issue in their legislation, plans and goals, taking into account the need to think about the training offered to these professionals. From a brief data survey of Education, it was possible to note the interest of researchers in the subject of teacher education, the growth of the topic in scientific researches and a transformation in the focus on approaches.

Key words: Teacher training. Field of studies. Researches in education.

Referências

ANDRÉ, M. A pesquisa sobre formação de professores: contribuições à delimitação do campo. In: *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente* / organização de Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben [et al.]. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ANDRÉ, M. *A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000*. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/7/1>> acesso em maio 2016.

ANDRÉ, M. *Formação de professores: a constituição de um campo de estudos*. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/8075/5719>> acesso em maio 2016.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso julho 2016

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI No 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso julho 2016

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em julho 2016



BRASIL, Congresso Nacional. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em : <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em junho 2016

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. I Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em setembro 2015.

BRASIL. Decreto nº 7219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm>. Acesso em setembro 2015.

FAZENDA, I. C. A. *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998.

GARCIA, C. M. *Formação de professores*. Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

_____. *Desenvolvimento Profissional: passado e futuro*. Sísifo – Revista das Ciências da Educação, n. 08, p. 7-22, jan./abr. 2009.

GATTI, B. A. BARRETO, E. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A. *Formação inicial de professores para a Educação Básica: pesquisas e políticas educacionais*. Est. Aval. Educ. São Paulo, v.25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014.

IMBERNÓN, F. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez, 2009.

